**Placing regimes of mobilities beyond state-centred perspectives and international mobility: the case of marketplaces**

*Janine Dahinden, Gunvor Jónsson, Joanna Menet, Joris Schapendonkd, Emil van Eck*

Mobilities, v. 18, n. 4 (2023), p. 635-650.

Luma Mundin Costa

Mestranda do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: lumamundin@usp.br

Gabriela da Silva Figueiredo Rocha

Mestranda do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [gabrielasfr@hotmail.com](mailto:gabrielasfr@hotmail.com); gabi.dsfr@gmail.com

O artigo *Placing regimes of mobilities beyond state-centred perspectives and international mobility: the case of marketplaces* compõe o volume 18 da *Mobilities*, revista fundada por John Urry, Mimi Sheller e Kevin Hannam em 2006. O periódico dá continuidade ao legado de Urry e de sua contribuição para o *New Mobilities Paradigm* e para o campo das ciências sociais, com escopo que privilegia artigos com reflexões sobre a “virada das mobilidades” e que tenham essa perspectiva como lente analítica, independente da filiação disciplinar dos(as) autores(as), como é ilustrado pelos autores do artigo, que atuam em diferentes campos disciplinares: Dahiden, Jónsson e Menet são antropólogas com pesquisas sobre migração e transnacionalismo, enquanto Schapendonk e Van Eck tem sua trajetória na geografia, com pesquisas sobre migração e espaço público, respectivamente. Apesar das distintas trajetórias nos campos de conhecimento, todos os autores privilegiam em suas pesquisas uma abordagem e discussão metodológica sob a lente das mobilidades.

O artigo em questão integra o dossiê editado por Anna Wyss, Tania Zittoun, Oliver Clifford Pedersen, Janine Dahinden e Emmanuel Charmillot, que tinha a proposta de trazer em um único número pesquisadores das mobilidades e pesquisadores das migrações, para demonstrar o potencial de colocar o lugar como “ponto de entrada” para desenvolvimento da pesquisa e como as lentes das mobilidades contribuem para subverter abordagens nacionalistas ou etnocêntricas, críticas feitas a muitas das pesquisas sobre imigração.[[1]](#footnote-1)

Como “ponto de entrada”, os autores do texto *Placing regimes of mobilities beyond state-centred perspectives and international mobility: the case of marketplaces* utilizam dois diferentes mercados de rua de cada um destes três países da Europa: Reino Unido, Suíça e Países Baixos. Partindo de diferentes lugares, os autores se valem das lentes das mobilidades para observar não apenas os fluxos mais evidentes nos mercados, bem como contribuem para o debate metodológico ao enfatizarem a necessidade de superação de paradigmas “nacionalistas” e “sedentários” nas pesquisas. Tomando especificamente a noção de regime de mobilidades, o principal argumento que os autores buscam desenvolver é que “[...] associar o conceito de regimes de mobilidades ao estudo de lugares pode ajudar a esclarecer como a ordenação e a diferenciação de diversas formas de mobilidades se manifestam nas realidades cotidianas de determinados lugares” (Dahinden *et al.*, 2023, p. 635, tradução livre).

Para desenvolver a articulação entre lugar e regimes de mobilidades, os autores trabalham com a perspectiva já consagrada da geógrafa feminista Doreen Massey, em que a identidade de um lugar deriva da especificidade das suas interações com o “externo”. Nessa perspectiva, ao invés de serem lidos como opostos, mobilidade e lugar se co-constituem. Ao mobilizarem o conceito de regimes de mobilidades, os autores trabalham com uma definição ampla a partir da leitura que fazem da obra de Peter Adey, considerando que esse conceito abarca “[...] todos os tipos de mecanismos que (i)legitimam e diferenciam as mobilidades, e que ordenam as mobilidades em hierarquias” (Dahinden *et al.*, 2023, p. 638, tradução livre). O texto ainda destaca que a aplicação mais comum do conceito o associa à governança supranacional e nacional, suas leis e políticas, dando destaque às fronteiras e migrações. No entanto, os autores destacam que o uso empregado no estudo considera não só essa forma institucional, mas também outros atores extra-estatais que constantemente negociam sobre e formulam esses regimes. Essas definições são base para o objetivo do artigo que consiste em localizar o conceito de regimes de mobilidade e relacioná-lo às práticas cotidianas que regulam as mobilidades em mercados de rua na Europa.

Como mencionado, seis mercados de rua do Reino Unido, Suíça e Países Baixos compõem as unidades de análise que os autores utilizam como “lugares de entrada” para localizar o conceito de regimes de mobilidades. Esses mercados são lidos para além da ideia de fixidez e demarcação clara no tempo e no espaço, ao contrário, a leitura se faz através das suas “[...] redes sociais locais, translocais e transnacionais, das relações espaciais, das trajetórias e das mobilidades dentro e fora dos mercados, que “entram” e “saem” dos mercados e os co-constituem” (Dahinden *et al.*, 2023, p. 636, tradução livre). O artigo, assim, explora as mobilidades inerentes de mercados que ocorrem com frequências diferentes e em variadas concentrações urbanas, por meio de etnografias móveis, entrevistas em profundidade e semi-estruturadas, e trabalho arquivístico.

Em suas análises, Dahinden, Jónsson, Menet, Schapendonk e Van Eck identificaram nos mercados de rua um cenário em que se entrecruzam diferentes regimes de mobilidades. São citados quatro, dois que contextualizam o acesso por parte dos comerciantes aos mercados e dois que mediam a dinâmica própria dos mercados. Esses regimes se revelaram na análise dos dados quando os autores reconheceram as origens históricas dos mercados de rua na Europa, em que noções nacionalistas e sedentárias moldaram a maneira pela qual mercados foram geridos e regulados. O primeiro regime descrito pelos autores é o *national license regime* que se refere às regulamentações de licenças concedidas para comerciantes. Baseadas em ideais nacionalistas de cidadania, a partir de certas particularidades, a licença determina quem pode acessar o mercado como comerciante e se restringe normalmente aos cidadãos europeus.

Este regime está entrelaçado ao que é nomeado pelos autores como *neoliberal regime*, que se refere às políticas de revitalização da cidade e sua ligação às representações racializadas e migratórias (Dahinden *et al.*, 2023, p. 642). Tal agenda neoliberal de “modernização” e revitalização coloca esses mercados como empecilhos para os programas e, portanto, produz um acesso desigual a partir dessas políticas. Conforme ilustra o exemplo de Amsterdam, com sua política implementada em 2018 para “fomentar inovação e empreendedorismo a fim de garantir que moradores da cidade tivessem acesso a uma variedade de insumos dos mercados e feiras”, pode-se compreender como o resultado dessa renovação traz instabilidade como consequência aos imigrantes que atuam nesses mercados, já que seus locais de atuação, em geral situados em bairros classificados como “étnicos”, são considerados insuficientemente adaptados para os consumidores e para a concorrência com redes de varejo. Há, portanto, uma restrição no âmbito de movimento e acesso desses imigrantes a outros mercados. A produção de desigualdades, afetando principalmente imigrantes e pessoas racializadas, é intrínseca a essa agenda neoliberal desse regime.

O terceiro e quarto regimes descritos, que integram as dinâmicas próprias do mercado, com ênfase na localização e alocação, são entrelaçados e são chamados de *market regime* e *transport and infraestructure regimes*. O *market regime* diz respeito à alocação de cada um dos vendedores em cada uma das barracas, que por sua vez estão alocadas em pontos no mercado que são considerados melhores não apenas pela maior clientela, mas por estarem próximos a banheiros e estacionamentos ou estarem expostos às mudanças do tempo, por exemplo. Há uma competição não apenas pelo melhor lugar dentro do mercado, mas também em conseguir se fixar nesse lugar e fidelizar os clientes. A posição dentro do mercado pode definir o sucesso daquele vendedor.

A decisão de onde se alocar não cabe aos vendedores, mas aos gerentes e inspetores que operam a partir desse regime de mobilidades, que também possuem poder de revogar licenças daqueles vendedores considerados como indesejados. Nessa dinâmica, aqueles que estão atuando no mercado há mais tempo são privilegiados e por vezes podem escolher em que lugar do mercado irão se fixar, um “princípio da senioridade”, havendo uma predileção da “fixidez” e “imobilidade” dos vendedores mais antigos em detrimento aos vendedores “casuais”, que seriam qualificados como “mais móveis”, e portanto, alocados nas piores partes dos mercados. A reprodução de hierarquias e desigualdades reforça um ciclo de desistência desses vendedores casuais ou novatos, e reforça que aqueles com melhores lugares, que são bem-sucedidos e mais regulares, continuem fixos nas melhores barracas e tenham mais clientes.

No âmbito dos transportes e infraestruturas, esses regimes de mobilidades dizem respeito aos fluxos de consumidores até às feiras e mercados, que também se entrelaçam com o regime do mercado, já que os consumidores tendem a se concentrar nas partes do mercado que estão mais próximas das infraestruturas de transporte público. O transporte e as infraestruturas impactam o modo com que os consumidores circulam nestes mercados e quais posições são consideradas as melhores.

Os regimes de mobilidades descritos descortinam aspectos sobre hierarquias e produção de desigualdade que possibilitam uma compreensão das dinâmicas dos diferentes mercados observados pelos pesquisadores. Essa abordagem a partir do lugar possibilita uma análise que não se limita a observar apenas o que seriam dinâmicas tidas como “locais”, e se alinha às reflexões suscitadas por Massey. Ao operacionalizar o conceito de regimes de mobilidades, os autores dialogam com a geógrafa e ratificam a importância da superação de uma abordagem do objeto que coloca em oposição o “local” e o “global”, e da caracterização de cada uma dessas escalas como “boa” e “ruim” respectivamente. Massey[[2]](#footnote-2) enfatiza a importância de compreensão da relação entre local e global, e como compreender o local não se resume a descrever as dinâmicas que ocorrem naquele espaço delimitado, mas sim captar como o local também se constitui a partir de dinâmicas globais e vice-e-versa.

A partir da noção relacional de lugar, as conclusões que o artigo explora nos mostram (1) como lugares são bons recursos analíticos para identificação de hierarquias e desigualdades entre mobilidades, uma vez que lugares são compostos por fluxos e por relações com outros locais, e (2) que a partir da localização dessas mobilidades diferenciadas é possível enxergar os regimes de mobilidades, para além da regulação Estatal e das políticas institucionalizadas, que se entrecruzam e definem realidades cotidianas específicas. Os diferentes regimes de mobilidade observados nos seis mercados também ilustram o argumento de Massey[[3]](#footnote-3) que indicam que, ao abordar as relações entre sociedade e o espaço, no contexto da globalização, é necessário que se investigue como são as relações estabelecidas no espaço e como o poder está imbuído nelas. Os autores conseguem explicitar que, como Peter Adey[[4]](#footnote-4) advoga, as mobilidades são interdependentes, fundamentais para interação social e produzem desigualdades e diferentes oportunidades.

Ao localizar os regimes de mobilidades, os autores enfatizam esse aspecto do poder, das hierarquias e das desigualdades. A proposta do artigo, então, conversa com a abordagem discursiva sobre os regimes de (i)mobilidades, nos termos colocados por Beth Backer[[5]](#footnote-5), uma vez que busca se distanciar de uma perspectiva centrada no Estado e “[...] localizar o poder em um campo mais diversificado e difuso de interação social, e não apenas em instituições formais de governança” (Backer, 2016, p. 159). O artigo, além de contribuir para a análise dos mercados de rua a partir das lentes das mobilidades, ilustra uma maneira operacionalizar o conceito de regime de mobilidades de forma a contemplar as diversas tecnologias, infraestruturas e significações que formam um regime: por meio da análise de práticas localizadas. Ainda que com a limitação de focar apenas na mobilidade humana, especificamente dos comerciantes nos mercados de rua, o texto provoca importantes reflexões para análise de outros tipos de mobilidades e quais regimes definem a sua legitimidade ou ilegitimidade.

1. Wyss, Anna; Zittoun, Tania; Pedersen, Oliver Clifford; Dahinden, Janine; Charmillot, Emmanuel. Places and mobilities: studying human movements using place as an entry point. *Mobilities*, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 567-581, 4 jul. 2023. [↑](#footnote-ref-1)
2. Massey, Doreen. The Responsibilities of Place. *Local Economy*: The Journal of the Local Economy Policy Unit, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 97-101, maio 2004. [↑](#footnote-ref-2)
3. Massey, Doreen. Imaginando a Globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. *Revista Discente Expressões Geográficas*, Florianópolis, n. 3, p. 142-155, maio 2007. [↑](#footnote-ref-3)
4. Adey, Peter. *Mobility*. Second edition ed. London New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017. [↑](#footnote-ref-4)
5. Backer, Beth. Regimes. In: Salazar, Noel; Jayaram, Kiran (org.). *Keywords of Mobility:* Critical Engagement*s*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2016. [↑](#footnote-ref-5)